



# PREFEITURA MUNICIPAL DE MOEDA

CEP – 35.470.000 – ESTADO DE MINAS GERAIS



## TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 001/2026, DE 10 DE MARÇO DE 2026

### TERMO DE COLABORAÇÃO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE MOEDA E O LAR DOS IDOSOS SAGRADA FAMÍLIA.

O Município de Moeda, com sede administrativa na Avenida Waldevino Silva, nº 356, Centro, inscrito no CNPJ sob o nº. 18.363.952/0001-35, neste instrumento denominado MUNICÍPIO, representado por seu Prefeito Municipal, **Sr. Décio Vanderlei dos Santos**, e a Organização da Sociedade Civil **Lar dos Idosos Sagrada Família**, inscrita no CNPJ sob o nº. 03.933.356/0001-76, com sede administrativa na Rua São Vicente, nº 80, Centro – Bonfim/MG, neste ato representado pelo Presidente o **Sr. Ademir Lopes de Souza**, inscrito no CPF nº. \*\*\*.8\*\*.26-5\*, doravante denominada OSC, com fundamento no inciso II do art. 31 da Lei Federal nº 13.019/2014, Decreto Municipal nº 004/2017, Processo Administrativo nº 021/2026, Inexigibilidade nº 007/2026 e considerando:

Conforme apontado pela Secretaria de Políticas Sociais e em consonância com a aprovação da Lei nº 1669/2026, o Lar dos Idosos Sagrada Família, entidade que já acolhe abrigados do Município, atende aos requisitos e normas estabelecidos pela Lei Federal nº 13.019/2014. A referida entidade é reconhecida como local de uso e acolhimento por parte de municípios em situação de vulnerabilidade, encontrando-se apta à celebração de parceria com o Poder Público, conforme previsto na legislação vigente.

O repasse de recursos, conforme descrito no Plano de Trabalho apresentado pelo Lar dos Idosos Sagrada Família, tem como finalidade a execução de ações voltadas à manutenção e ao aprimoramento das atividades desenvolvidas pela entidade. Abrange o pagamento de despesas administrativas e operacionais, incluindo folha de pagamento de funcionários, encargos sociais, contas de consumo, alimentação, administração e manutenção do espaço físico, bem como a capacitação dos profissionais responsáveis pelo atendimento aos idosos.

Além disso, os recursos destinam-se a garantir o acolhimento e a proteção integral dos abrigados, contribuir para a prevenção de situações de negligência, violência e ruptura de vínculos familiares ou sociais, restabelecer vínculos familiares e comunitários, possibilitar a convivência comunitária, promover o acesso à rede socioassistencial.

Resolvem celebrar o presente Termo de Colaboração, a reger-se pelas cláusulas a seguir, que transcrevem as condições aceitas pelos parceiros, às quais se obrigam, a saber:

#### **1 - DO OBJETO**

- 1.1 Objetiva o presente Termo de Colaboração, em regime de mútua cooperação, a consecução de repasse financeiro para o Lar dos Idosos Sagrada Família, conforme Lei Municipal Nº1669/2026.
- 1.2 O termo de colaboração tem por finalidade garantir a aplicação do objetivo a ser alcançado pela Associação em seu plano de trabalho, destinado ao acolhimento institucional de idosos na modalidade ILPI – Instituição de Longa Permanência, bem como à execução de ações voltadas à manutenção e ao aprimoramento das atividades realizadas pela entidade.



## **2 - DAS OBRIGAÇÕES**

2.1 – Ao MUNICÍPIO compete:

- I - Transferir os recursos à Organização da Sociedade Civil de acordo com o Cronograma de Desembolso, constante, no plano de trabalho, que faz parte integrante deste termo e no valor nele fixado mensal.
- II - Apreçar a prestação de contas apresentada, no prazo de até 150 (cento e cinquenta) dias, contado da data de seu recebimento ou do cumprimento de diligência por ela determinada;
- III – Fiscalizar o cumprimento do objeto deste termo e do manual de prestação de contas das parcerias celebradas entre a administração pública e as organizações da sociedade civil – OSC.

2.2 - À Organização da Sociedade Civil compete:

- I - Aplicar o recurso de acordo com o Plano de Trabalho aprovado pelo Município;
- II - Responder exclusivamente pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relativos ao funcionamento da instituição e ao adimplemento deste termo, não se caracterizando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública pelos respectivos pagamentos, qualquer oneração do objeto da parceria ou restrição à sua execução;
- III - Prestar contas dos recursos recebidos nos termos da Lei Federal nº 13.019/2014 e Decreto Municipal nº 004/2017, que regulamenta o manual de prestação de contas.
- IV – Caso sejam adquiridos equipamentos e materiais permanentes com recursos provenientes da parceria, gravá-los com cláusula de inalienabilidade, e na hipótese de sua extinção, formalizar promessa de transferência da propriedade ao Município de Moeda/MG.
- V – Mediante autorização expressa da Administração, doar os bens remanescentes adquiridos com recursos transferidos, quando após a consecução do objeto, não forem necessários para assegurar a continuidade do objeto pactuado.

## **3 - DOS VALORES E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

3.1 O valor total da parceria será de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), a ser repassado pelo Município de Moeda/MG, em parcelas de acordo com o plano de trabalho apresentado pelo Lar dos Idosos Sagrada Família, com despesas custeadas pela dotação orçamentária nº **70 72 01 08 241 0006 2058 33504300 1500000000**.

3.2. Em caso de celebração de aditivos, deverão ser indicados nos mesmos, os créditos para cobertura de cada parcela da despesa a ser transferida.

3.3. Os saldos financeiros enquanto não utilizados, serão obrigatoriamente aplicados, e as receitas decorrentes, serão obrigatoriamente computadas a crédito do Termo e aplicadas, exclusivamente, no objeto de sua finalidade, devendo constar de demonstrativo específico que integrará a prestações de contas.

3.4. Na ocorrência de cancelamento de Restos a Pagar, o quantitativo poderá ser reduzido até a etapa que apresente funcionalidade, mediante aprovação prévia do Município.

3.5 Os recursos recebidos pelas Organizações da Sociedade Civil em decorrência de parceria serão depositados e geridos em conta bancária específica em instituição financeira pública, determinada pela administração pública, quando isenta de tarifa.

3.6 Em caso de impossibilidade de celebração de acordo entre a Administração Pública e as instituições financeiras públicas para isenção de tarifas, é facultado à Organização da Sociedade Civil, indicar a instituição financeira e a conta bancária específica, em que serão depositados e geridos os recursos da parceria.

## **4 - DAS PROIBIÇÕES**

4.1 - O Plano de Trabalho deverá ser executado com estrita observância das cláusulas pactuadas neste Termo, sendo vedado:



I - Delegação das funções de regulação, de fiscalização, de exercício do poder de polícia ou de outras atividades exclusivas do Município;  
II - Prestação de serviços ou de atividades cujo destinatário seja o aparelho administrativo do Município;  
III - Transferência de recursos para clubes, associações de servidores, partidos políticos ou quaisquer entidades congêneres.

IV - A contratação de serviços de consultoria e assessoria, com ou sem produto determinado;

V – Contratações que se refiram exclusivamente à divulgação de eventos;

VI - Projetos de cunho religioso, exceto a realização de eventos ou de infraestrutura relacionados ao turismo religioso, bem como aqueles reconhecidos e registrados como Patrimônio Cultural de Natureza Imaterial.

4.2 – É vedada a utilização dos recursos da parceria:

I – Na realização de eventos que cobrem ingressos ou que recebam qualquer outro tipo de receita, salvo quando forem revertidas ao projeto, aplicadas em finalidade pública previamente definida ou creditadas ao respectivo órgão repassador, hipóteses que deverão estar especificadas no instrumento de parceria;

II – Na realização de recepção e festas que sejam de acesso restrito ao público;

III – Na realização de despesa de manutenção da organização de natureza contínua e que não tenha relação direta com projetos aprovados no instrumento de parceria;

IV - Na aquisição ou contratação de serviços de coquetéis, bufê ou similar;

V - No pagamento de gratificações, serviços de consultoria, de assistência técnica e congêneres, o servidor ou empregado que pertença aos quadros de pessoal do município e da organização, inclusive, com recursos de contrapartida, dos resultantes da venda de ingressos e dos recebidos de outros parceiros. Salvo nas hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias;

VI - Em finalidade alheia ao objeto da parceria e ao previsto no plano de trabalho, ainda que em caráter de emergência; salvo se autorizada mediante aditivo;

VII – Na realização de despesas em data anterior ou posterior à vigência da parceria e em data anterior ou posterior ao prazo estabelecido para utilização do recurso;

VIII – No pagamento a fornecedor, em data anterior ou posterior ao prazo para utilização do recurso;

IX – Para pagamento antecipado;

X– Para pagamento de multas, juros ou correção monetária, inclusive referente a pagamentos ou a recolhimentos fora dos prazos, salvo se decorrentes de atrasos da administração pública na liberação de recursos financeiros;

XI – Para pagamento de publicidade, salvo as previstas no plano de trabalho e diretamente vinculadas ao objeto da parceria, de caráter educativo, informativo ou de orientação social, das quais não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal.

## **5 - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS**

5.1 – A prestação de contas deverá ser encaminhada ao Município em até 90 (noventa) dias a partir do término da vigência deste termo, com os seguintes documentos:

I - Cópia do Plano de Trabalho;

II - Cópia do Instrumento de Parceria;

III - Ofício de encaminhamento da Prestação de Contas;

IV - Relatório de Execução do Objeto, elaborado pela organização da sociedade civil, assinado pelo seu representante legal, contendo as atividades desenvolvidas para o cumprimento do objeto e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados, a partir do cronograma acordado;

V - Documentos de comprovação da realização das ações, tais como notas fiscais, faturas, recibos, fotos e vídeos, se for o caso;

VI - Relatório de Execução Financeira do termo de colaboração, assinado pelo seu representante legal, com a descrição das despesas e receitas efetivamente realizadas e sua vinculação com a execução do objeto, na hipótese de descumprimento de metas e resultados estabelecidos no plano de trabalho;

VII - Relação de pagamentos efetuados;



# PREFEITURA MUNICIPAL DE MOEDA

CEP - 35.470.000 - ESTADO DE MINAS GERAIS



- VIII - Execução da Receita e Despesa;
- IX - Conciliação Bancária se for o caso;
- X - Cópia do extrato da conta bancária específica do período correspondente;
- XI - Comprovação da aplicação financeira do recurso;
- XII - Termo de compromisso assinado pelo responsável, no qual conste afirmação de que os documentos relacionados ao instrumento de Parceria serão guardados pelo prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente à manifestação conclusiva da prestação de contas final da parceria.
- XIII - Demais documentos que comprovem a boa e regular aplicação dos recursos, de acordo com a legislação vigente, tais como:
  - a) comprovantes das transferências, que deverá ser procedido em favor do credor da despesa paga;
  - b) cópia dos cheques emitidos nominalmente em favor do credor da despesa paga, quando for o caso;
  - c) guia de recolhimento do saldo de recursos não aplicados;
  - d) guia de recolhimento de Imposto Sobre Serviços (ISS), em decorrência de retenção obrigatória, quando for o caso;
  - e) outros documentos conforme a necessidade e objeto da parceria, observado o manual de prestação de contas aprovado pela Administração Municipal.

## **6 - DO PRAZO DE VIGÊNCIA**

**6.1. O presente Termo vigorará da data de sua assinatura até 31/12/2026, não sendo passível de prorrogação, devendo os recursos ser utilizados exclusivamente para o custeio das atividades destinadas aos abrigados, conforme o plano de trabalho e cronograma previstos.**

## **7 - DAS ALTERAÇÕES**

7.1 - Este Termo poderá ser alterado, conforme disposto nos arts. 55 e 57 da Lei Federal nº 13.019/2014, exceto quanto ao seu objeto, mediante a celebração de Termos Aditivos, desde que acordados entre os Parceiros e firmados antes do término de sua vigência.

## **8 - DA PUBLICAÇÃO**

8.1 - O MUNICÍPIO deverá providenciar a publicação do extrato deste Termo, conforme art. 38 da Lei Federal nº 13.019/2014.

## **9 - DO ACOMPANHAMENTO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO.**

9.1 - O MUNICÍPIO acompanhará a execução do objeto deste Termo através de seu gestor de contratos, tendo como obrigações:

- I - Acompanhar e fiscalizar a execução da parceria;
- II - Informar ao seu superior hierárquico a existência de fatos que comprometam ou possam comprometer as atividades ou metas da parceria e de indícios de irregularidades na gestão dos recursos, bem como as providências adotadas ou que serão adotadas para sanar os problemas detectados;
- III - Emitir relatório técnico de visita "in loco" e parecer técnico conclusivo de análise da prestação de contas final, com base no relatório técnico de monitoramento e avaliação de que trata o art. 59 da Lei Federal nº 13.019/2014;
- IV - Disponibilizar materiais e equipamentos tecnológicos necessários às atividades de monitoramento e avaliação.

9.2. - Comprovada a paralisação ou ocorrência de fato relevante, que possa colocar em risco a execução do plano de trabalho, o Município poderá assumir ou transferir a responsabilidade pela execução do objeto, de forma a evitar sua descontinuidade.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE MOEDA

CEP – 35.470.000 – ESTADO DE MINAS GERAIS



## 10 - DA DENÚNCIA E DA RESCISÃO

10.1 - É facultado aos parceiros denunciar este Termo, no prazo mínimo de 60 dias de antecedência para a publicidade dessa intenção, nos termos da legislação vigente, sendo-lhes imputadas as responsabilidades das obrigações e creditados os benefícios no período em que este tenha vigido.

## 11 - DA RESPONSABILIZAÇÃO E DAS SANÇÕES

11.1 - O presente Termo deverá ser executado fielmente pelos parceiros, de acordo com as cláusulas pactuadas e a legislação pertinente, respondendo cada um pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

11.2 - Pela execução da parceria em desacordo com o plano de trabalho, a Administração poderá garantir a prévia defesa, aplicar à organização da sociedade civil as sanções previstas no art. 73 da Lei Federal nº 13.019/2014.

## 12 – DA OBRIGATORIEDADE DE RESTITUIÇÃO DE RECURSOS

12.1. A prática das condutas abaixo especificadas ensejará a obrigatoriedade de restituição dos recursos objetos da parceria, devidamente corrigidos, pela OSC:

- I – Omissão no dever de prestar contas;
- II – Descumprimento injustificado dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;
- III – Danos ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico;
- IV – Desfalque ou desvio de dinheiro bens ou valores públicos.

## 13 – DO GESTOR DA PARCERIA

13.1 De acordo Com a alínea “g” inciso V do art. 35 da Lei Federal 13.019/2014, o gestor desta parceria será Stephanie Pinheiro Araújo, ocupante do cargo Assessor de Gabinete - Portaria 050/2025.

13.2 - Na hipótese de o gestor da parceria deixar de ser agente público ou ser lotado em outro órgão ou entidade, o administrador público designará novo gestor, assumindo, enquanto isso não ocorrer, todas as obrigações do gestor, com as respectivas responsabilidades.

13.3 - São impedidas de participar como gestor da parceria pessoa que, nos últimos 5 (cinco) anos, tenha mantido relação jurídica com, ao menos, 1 (uma) das organizações da sociedade civil partícipes.

13.4 - São obrigações do gestor:

- I - Acompanhar e fiscalizar a execução da parceria;
- II - Informar ao seu superior hierárquico a existência de fatos que comprometam ou possam comprometer as atividades ou metas da parceria e de indícios de irregularidades na gestão dos recursos, bem como as providências adotadas ou que serão adotadas para sanar os problemas detectados;
- III - Emitir parecer técnico conclusivo de análise da prestação de contas final, levando em consideração o conteúdo do relatório técnico de monitoramento e avaliação e no caso de prestação de contas parcial no final de cada exercício ou periódicas, descrever a conformidade das metas e do objeto proposto, vinculadas às parcelas liberadas e ao cronograma de execução físico-financeiro, conforme previsto no art.6 da Lei Municipal nº 004/2017.
- IV - Disponibilizar materiais e equipamentos tecnológicos necessários às atividades de monitoramento e avaliação.
- V – Aplicar advertência, quando for o caso.

## 14 - DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1 – Deverá ser garantido o livre acesso dos servidores nomeados pela Prefeitura Municipal de Moeda, do controle interno e do Tribunal de Contas aos documentos, às informações referentes aos instrumentos de transferências regulamentados por esta Lei, bem como aos locais de execução do objeto.

14.2 - Fazem parte deste termo, independente de transcrição:



# PREFEITURA MUNICIPAL DE MOEDA

CEP - 35.470.000 - ESTADO DE MINAS GERAIS



- I - O plano de trabalho aprovado;
- II - O procedimento de compras e contratações, constante do Anexo IV da Lei Municipal nº 004/2017.
- III - O Decreto Municipal nº. 004/2017, que aprovou o Manual de Prestação de Contas do Município.

## 15 - DO FORO

15.1 - O foro da Comarca de Belo Vale/MG, é o eleito pelos Parceiros para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Termo.

15.2. - Presente controvérsia de natureza jurídica entre os partícipes, é obrigatória a prévia tentativa de solução administrativa com a participação da Assessoria Jurídica do Município de Moeda/MG.

E por estarem de comum acordo, firmam os Parceiros perante 02 (duas) testemunhas o presente Termo, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para todos os efeitos legais.

Moeda, 10 de março de 2026.

DECIO VANDERLEI  
DOS  
SANTOS:49595369691

Assinado de forma digital por  
DECIO VANDERLEI DOS  
SANTOS:49595369691  
Dados: 2026.03.13 09:56:41  
-03'00'

**DÉCIO VANDERLEI DOS SANTOS**  
PREFEITO MUNICIPAL  
MOEDA/MG

ADEMIR LOPES DE  
SOUZA:03684922  
650

Assinado de forma digital  
por ADEMIR LOPES DE  
SOUZA:03684922650  
Dados: 2026.03.13  
10:15:30 -03'00'

**ADEMIR LOPES DE SOUZA**  
PRESIDENTE O LAR DOS IDOSOS  
SAGRADA FAMÍLIA

Testemunha: [Assinatura]  
CPF: 14120469638

Testemunha: [Assinatura]  
CPF: 13702152660